



DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS EM SITUAÇÃO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL

THANISE LIMA VIEIRA; EVELYN ANTUNES DA SILVA PONTES; LETÍCIA CORRADINI PACHECO; PAULO RICARDO BARBOSA DE ANDRADE OLIVEIRA; SHAKIRA COLERA DA SILVA

Introdução: Estupro de vulnerável é caracterizado por qualquer ato sexual praticado com menores de 14 anos, enquadrando-se na legislação para interrupção legal da gestação. Todavia, mesmo sendo o aborto uma questão de saúde pública, sua criminalização gera uma abordagem velada da questão, causando lacunas de conhecimento, que devem ser preenchidas para garantir todos os direitos sexuais e reprodutivos da mulher. **Objetivo:** Abordar a respeito do conhecimento da legislação e dos direitos legais a respeito da interrupção da gestação. **Relato de caso:** Atendimento à gestante de 13 anos vítima de estupro de vulnerável, acompanhada pela mãe, família em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desconhecendo a respeito de seus direitos legais. Atendidas por equipe que desconhecia sobre seus direitos previstos em lei, causando grande ansiedade, estresse e insegurança em relação a situação, dificultando a criação de vínculo e acolhimento da criança. Paciente redirecionada à nova enfermeira, iniciado acolhimento da adolescente e de sua mãe, escuta ativa a respeito do desejo de ambas, que foram orientadas sobre as opções legais, sendo estas: acompanhamento pré-natal, entrega legal da criança ou interrupção da gestação. Conforme orientações da Cartilha de Gravidez Indesejada na APS, foram realizadas diversas consultas de acolhimento e conversas para esclarecimentos de dúvidas. Por fim, a menor e sua responsável escolheram pela interrupção gestacional, sendo encaminhadas ao hospital referência, acolhidas de maneira multiprofissional e realizando a interrupção com idade gestacional de 8 semanas. Após procedimento, adolescente iniciou medicação anticoncepcional trimestral, segue em acompanhamento psicológico e na rede de proteção. O desconhecimento e a insegurança da equipe de saúde evidenciam um elevado déficit de conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher e ausência de proximidade com fluxo estabelecido, ocasionando maior dificuldade da usuária ter acesso aos seus direitos devido falta de informação, causando estresse e insegurança a mesma que já se encontrava fragilizada. **Conclusão:** Evidenciou-se a necessidade de maior conhecimento por parte da equipe a respeito da legislação e das orientações da Cartilha de Gravidez Indesejada na APS para correto acolhimento, orientação e direcionamento à usuária que, acima de seu direito garantido, deve receber atendimento humanizado, contemplando os impactos biopsicossociais da situação.

Palavras-chave: **DIREITOS SEXUAIS; DIREITOS REPRODUTIVOS; ESTUPRO; INTERRUPÇÃO DA GESTAÇÃO; DIREITOS LEGAIS**